



BPP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

**RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021**

DS


DS


DS
DDSP

Sumário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	8
BALANÇO PATRIMONIAL.....	9
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. Contexto Operacional.....	14
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	14
3. Principais políticas contábeis:	15
a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação.....	15
b. Apuração do Resultado	15
c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	15
d. Reconhecimento da Receita.....	15
e. Disponibilidades	15
f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	15
g. Imobilizado de uso.....	16
h. Intangível	16
i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)	16
j. Contas de Pagamento Pré-Pago.....	17
k. Relações interfinanceiras	17
l. Obrigações por transações de pagamentos em moeda estrangeira	17
m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais.....	17
n. Rendas antecipadas.....	17
o. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.....	17
p. Imposto de renda e contribuição social.....	18
q. Lucro / Prejuízo por ação.....	18
4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa	18
5. Títulos e valores mobiliários	18
6. Outros Créditos - Diversos.....	19
7. Imobilizado	19
8. Intangível	19
9. Provisão para contingências.....	20
10. Partes Relacionadas.....	20

11. Capital Social	21
12. Resultado Líquido	21
13. Custos dos serviços prestados	22
14. Despesas administrativas e gerais	22
15. Resultado Financeiro	22
16. Imposto de Renda e Contribuição Social	23
17. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	23
18. Eventos Subsequentes	24

DS


DS


DS
DDSP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
BPP Instituição de Pagamento S.A.
Barueri – SP

Opinião



Examinamos as demonstrações financeiras da **BPP Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional



A Companhia vem apresentando capital circulante negativo e prejuízos acumulados. As medidas que estão sendo tomada pela Companhia para reversão dessa situação estão mencionadas no Relatório da Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto.

DS

DS

DS
DDSP



Capital circulante negativo e prejuízos acumulados:

A Companhia vem apresentando capital circulante negativo e prejuízos acumulados. As medidas que estão sendo tomadas pela Companhia para reversão dessa situação estão mencionadas na nota explicativa 1.

Transações com partes relacionadas:

Conforme mencionado na nota explicativa número 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui transações com partes relacionadas, em condições específicas definidas entre si, liquidadas no exercício. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor



A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras



A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

DS

DS

DS

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

DS

DS

DS

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 14 de abril de 2022.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2



Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BCB), a administração da BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

A BPP oferece uma conta digital e um cartão pré-pago internacional VISA, controlado por um aplicativo desenvolvido para smartphone nas plataformas Android e iOS, reduzindo significativamente a complexidade e os custos da sua operação, gerando aos seus clientes facilidade e controle de suas finanças.

Em 09 de abril de 2018 a BPP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial.

Em 01 de outubro de 2021 a BPP foi adquirida pela Dock Soluções em Meios de Pagamentos e autorizada a troca do controle acionário pelo BCB, com publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021.

Ressaltamos que as vendas em 2021, tiveram sua receita formada em 30% pelo produto Pix, focando em clientes indiretos de SaaS, crescimento acelerado no segundo semestre. As receitas de Cobrança (boletos) também tiveram impacto positivo, com crescimento de 10% em comparação ao ano anterior.

O produto Visa Travel Money (VTM), bastante relevante na composição de nossas receitas, teve seu volume impactado pela pandemia da COVID-19, considerando que seu uso está associado a viagens internacionais. Da mesma forma, o produto incentivo, ligado a promoções e campanhas à clientes conveniados a agências e shopping centers, sofreu com a recente retração da economia. Com o arrefecimento da pandemia, estimamos a retomada de crescimento em ambos os produtos.

Com base em nossa revisão, concluímos que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

DS


DS


DS
DDSP

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em reais mil)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		666.601	184.907	Passivo Circulante		668.650	195.308
Disponibilidades	4	22.966	2.816	Contas de Pagamento Pré Pago	3j	466.841	143.114
Títulos e Valores Mobiliários	5	460.413	152.686	Relações Interfinanceiras	3k	161.505	21.138
Livres		2.407	3.965				
Vinculados Conta Pré Paga		446.242	127.217	Outras Obrigações			
Vinculados a Prestação em Garantias		11.764	21.504	Fiscais e Previdenciárias		2.103	1.999
Relações Interfinanceiras	4a	176.910	24.976	Obrigações por transações de pagamentos	3l	32.387	20.576
Outros Créditos	6	6.312	4.429	Provisão para Contingência	9	715	463
				Partes Relacionadas a Pagar	10	-	3.867
Não circulante		23.500	26.438	Diversos		5.098	4.151
Realizável a Longo Prazo		178	-	Resultado de exercício futuro		-	291
Outros Créditos	6	178	-				
Permanente		23.322	26.438	Patrimônio líquido		21.451	15.746
Imobilizado	7	1.304	1.770	Capital Social		70.736	57.737
Intangível	8	22.018	24.668	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		6.618	-
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		(182)	(42)
				Prejuízos Acumulados		(55.722)	(41.949)
Total do ativo		690.101	211.345	Total do passivo e patrimônio líquido		690.101	211.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS


DS


DS
DDSP

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020**(Em reais mil)

	Nota	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços		38.252	65.065	38.304
Receitas financeiras		9.248	10.865	9.453
Receita de Incentivo		76	361	-
(-) Impostos incidentes sobre receitas		<u>(4.862)</u>	<u>(8.071)</u>	<u>(5.061)</u>
Resultado Operacional	12	42.714	68.220	42.696
Custo dos serviços prestados	13	<u>(20.570)</u>	<u>(34.171)</u>	<u>(17.235)</u>
Lucro Bruto		22.144	34.049	25.461
Administrativas e gerais	14	(25.994)	(40.814)	(23.499)
Resultado de participações em controladas		-	-	-
Outras receitas e despesas		(3.069)	(6.069)	(4.333)
Lucro / Prejuízo Operacional		(6.919)	(12.834)	(2.371)
Resultado financeiro	15	<u>(127)</u>	<u>(939)</u>	<u>175</u>
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(7.046)	(13.773)	(2.196)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	16	-	-	(81)
Lucro / Prejuízo Exercício		<u>(7.046)</u>	<u>(13.773)</u>	<u>(2.277)</u>
Qtde. média de ações em circulação no exercício		89.916	89.916	85.046
Lucro por ação		<u>(0,078)</u>	<u>(0,153)</u>	<u>(0,027)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em reais mil)

	Capital social	AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2020	44.523	4.414	(14)	(36.054)	12.869
Aumento de capital social	13.214	(4.414)	-	-	8.800
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	-	778	778
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(5)	-	(5)
Saldo em 30 de junho de 2020	57.737	-	(19)	(35.276)	22.442
Aumento de capital social	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.056)	(3.056)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(23)	-	(23)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	(3.617)	(3.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.737	-	(42)	(41.949)	15.746
Aumento de capital social	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.727)	(6.727)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	13	-	13
Saldo em 30 de junho de 2021	57.737	-	(29)	(48.676)	9.032
Aumento de capital social	12.999	-	-	-	12.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.618	-	-	6.618
Lucro/Prejuízo do semestre	-	-	-	(7.046)	(7.046)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(152)	-	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70.736	6.618	(181)	(55.722)	21.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS


DS


DS


**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020**(Em reais mil)

	<u>01/07/2021 a 31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro ou Prejuízo líquido do exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Resultado de Participação de Controladas	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior/Avaliação Patrimonial	(152)	(140)	(3.646)
Juros sobre partes relacionadas	-	173	229
Aumento (Redução) de provisão para contingências	90	252	(474)
Depreciação e amortização	<u>3.188</u>	<u>6.346</u>	<u>3.302</u>
	(3.921)	(7.141)	(2.866)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Títulos e valores mobiliários	(308.699)	(460.412)	-
Outros créditos	(446)	(2.060)	(2.844)
Aumento de outros créditos - diversos	-	-	4.416
Relações interfinanceiras	(142.957)	(151.934)	(24.976)
Tributos diferidos	-	-	-
Recursos recebidos de clientes pré-pago	331.536	323.728	46.314
Relações interfinanceiras	124.631	140.367	3.130
Outros credores em moeda estrangeira	-	-	(23.717)
Diversos	(241)	774	(1.946)
Partes relacionadas a pagar	(12.039)	(3.867)	(2.800)
Fiscais e Previdenciárias	249	104	1.999
Obrigações por transações de pagamentos	11.085	11.811	20.576
Aumento de resultados de exercício futuros	<u>-</u>	<u>(291)</u>	<u>291</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	(801)	(148.923)	17.577
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(1.748)	(3.230)	(7.590)
Investimentos no exterior	-	-	-
Aumento de capital	<u>19.617</u>	<u>19.617</u>	<u>8.800</u>
Caixa líquido das atividades de investimentos	17.869	16.387	1.210
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	-	-
Aumento / Redução líquido de caixa	<u>17.068</u>	<u>(132.536)</u>	<u>18.787</u>
Caixa no início do exercício	5.898	155.502	136.715
Caixa no final do exercício	<u>22.966</u>	<u>22.966</u>	<u>155.502</u>
Aumento / Redução líquido de caixa	<u>17.068</u>	<u>(132.536)</u>	<u>18.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DS
FADS
JCJDS
DDSP

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 e 2020**

(Em reais mil)

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do período	(7.046)	(13.773)	(2.277)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(7.046)	(13.773)	(2.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS


DS


DS


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2021
(Em reais mil)****1. Contexto Operacional**

A BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Rio Negro, 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 31/32, Edifício Padauri, Alphaville Industrial, CEP: 06454-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“Bacen”), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades.

Suas operações com o público em geral e com o sucesso de sua proposta e qualidade de seus produtos perante o público-alvo, atualmente encontra-se em fase de acelerado investimento em uma nova plataforma tecnológica e crescimento de suas operações.

O plano de negócio da BPP prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro.

Em 09 de abril de 2018, a BPP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de emissor de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial.

A BPP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações. Entre as medidas principais, está o cumprimento de um plano agressivo de negócios e, quando necessário, aportes financeiros dos acionistas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo Bacen.

Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da BPP passaram a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular Bacen nº 3.959, de 4 de setembro de 2019, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente.

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados BACEN e que estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela BPP e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 14 de abril de 2022.

DS


DS


DS


3. Principais políticas contábeis:**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da BPP.

b. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento.

c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen.

d. Reconhecimento da Receita

A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

e. Disponibilidades

Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BPP, conforme Circular Bacen n.º 3.068/01:

I. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

DS


DS


DS
DDSP

III. Títulos disponível para venda

Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

g. Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

h. Intangível**I. Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8) segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária.

II. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Anualmente, e se houver evidência, a BPP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

DS


DS


DS
DDSP

j. Contas de Pagamento Pré-Pago

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagos e ainda não utilizados, no montante de R\$466.841 (R\$143.114 – 2020).

k. Relações interfinanceiras

Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamentos, no montante de R\$161.505 (R\$21.138 – 2020), conforme disciplina a Circular BACEN Nº 3.682, de 4 de novembro de 2013.

l. Obrigações por transações de pagamentos em moeda estrangeira

Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior.

m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I. **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- II. **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.
- III. **Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e
- IV. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

n. Rendas antecipadas

Corresponde a receita de **Incentivo da Bandeira**, conforme contrato e apropriada em conta de resultado.

o. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da BPP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

DS


DS


DS
DDSP

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

q. Lucro / Prejuízo por ação

É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício.

4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa

São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa	11	30
Bancos - conta movimento	493	512
Disponibilidade em moeda estrangeira	<u>22.462</u>	<u>2.274</u>
Total	22.966	2.816

a. Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
BACEN - Depósito em Moeda Eletrônica	<u>176.910</u>	<u>24.976</u>
Total	176.910	24.976

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo, o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Livres – ativo circulante	2.407	3.965
Vinculados a prestação de garantias – circulante	446.242	127.217
Vinculados a prestação de garantias – realizável a longo prazo	<u>11.764</u>	<u>21.504</u>
	460.413	152.686

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Mantidos até o vencimento	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado
Depósitos vinculados à prestação de garantias (a)	11.528	11.528	21.128	21.128
Letras Financeiras do Tesouro (a)	236	236	376	376
Total	11.764	11.764	21.504	21.504

DS
FA

DS
JCJ

DS
DDSP

	31.12.2021		31.12.2020	
	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado
Títulos disponível para venda				
Títulos Vinculados em Contra Pré-Paga - LFT	446.242	446.242	127.217	127.217
CDB - Certificado de depósito bancário - livre	2.407	2.407	3.965	3.965
Total	448.649	448.649	131.182	131.182

6. Outros Créditos - Diversos

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Valores a Receber	748	105
Créditos Tributários	1.985	1.606
Estoque	832	870
Bloqueio Judicial	462	153
Outros	2.285	1.695
	6.312	4.429
Não Circulante		
Carta Fiança	178	-
	178	-
Total	6.490	4.429

7. Imobilizado

A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Taxa anual	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31.12.2021
Computadores e periféricos	20%	1.238	(1.046)	192
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(992)	319
Móveis e Utensílios	10%	637	(266)	371
Veículos	20%	374	(199)	175
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(66)	38
Imobilizado em andamento	-	206	-	206
Sistema de comunicação	20%	11	(8)	3
		3.881	(2.577)	1.304

O resumo da movimentação das contas do imobilizado é apresentado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
=Saldos ao início do exercício	1.770	1.913
(+) Adições	70	435
(-) Baixas	-	-
(-) Depreciação	(536)	(578)
=Saldos ao final do exercício	1.304	1.770

DS
FA

DS
JC

8. Intangível

DS
DDSP

A composição do Intangível está apresentada a seguir:

			<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
	<u>Taxa anual</u>	<u>Custo aquisição</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>
Sistemas e aplicativos	20%	23.721	(10.864)	12.857
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	20%	12.618	(3.457)	9.161
		<u>36.339</u>	<u>(14.321)</u>	<u>22.018</u>
				<u>24.668</u>

O resumo da movimentação das contas do intangível é apresentado a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
=Saldos ao início do exercício	24.668	20.237
(+) Adições	3.161	7.106
(-) Baixas	-	-
(-) Amortização	(5.811)	(2.675)
=Saldos ao final do exercício	<u>22.018</u>	<u>24.668</u>

9. Provisão para contingências

A BPP é parte em ações judiciais e processos administrativos perante a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldos inicial	463	937
Constituição	252	-
Realização/reversão	-	(474)
=Saldos ao final do semestre	<u>715</u>	<u>463</u>

a. Contingências Cíveis

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo no valor de R\$ 684 (R\$ 443 em 31 de dezembro de 2020). Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica de Outros Créditos. A BPP com base na opinião de seus assessores jurídicos, não espera perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Os processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 2.395 (R\$ 2.542 em 31 de dezembro de 2020).

b. Contingências Trabalhista

Com base em informações de seus assessores jurídicos, o saldo provisionado para processos trabalhista em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 31 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2020) é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

DS
FA

10. Partes Relacionadas

DS
JCJ

A Instituição manteve transações com partes relacionadas, em condições usuais de mercado, sendo que elas produziram saldo a pagar no valor de R\$ 3.867 ao final do exercício de 2020 e foram liquidadas no período de 2021.

DS
DDSP

11. Capital Social

O capital social no montante de R\$ 77.354.390,75 (R\$ 57.737.296,14 em dezembro de 2020), está representado por 89.916.264 (85.046.264 ações em 2020) ações, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país.

Em 01 de julho de 2021 foram deliberados aumentos de capital social no montante de R\$ 12.999.004,00, sendo registrado em 10/12/2021, mediante a emissão de 4.870.000 (quatro milhões, oitocentos e setenta mil) ações, totalizando 89.916.264 (oitenta e nove milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro) ações, todas nominativas, adicionalmente foram recebidos recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 01/11/2021 no montante de R\$ 6.618.090,61, passando Capital total de R\$ 57.737.296,14 em 2020 para R\$ 77.354.390,75 em 2021. Estes processos foram aprovados pelo Banco Central do Brasil.

a. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/2013 determina que as instituições de pagamentos emissores devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses e equivalente aos saldos de moedas eletrônicas emitidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da BPP é de R\$21.451, superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 15.729 e R\$ 9.338 equivalente aos 2% sobre o saldo das moedas eletrônicas emitidas.

b. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2020 foram registrados na conta de “prejuízos acumulados” valores de ajustes de exercícios anteriores que resultaram no aumento do prejuízo acumulado de R\$ 3.617. Os ajustes representam retificação de valores imputados em exercícios anteriores e estão assim representados na posição patrimonial e financeira: R\$ 4.024 referente a baixa de contingências ativas (nota explicativa 6); (R\$ 326) referente estorno de amortização de bens intangíveis e (R\$ 81) referente estorno de IRPJ e CSLL diferidos. Para o exercício 2021, não existiram movimentações nessa rubrica.

12. Resultado Líquido

	01.07.2021 a 31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020
Receita de serviços e outras	38.252	65.065	38.304
Receita financeira	9.248	10.865	2.772
Receita de Incentivo	76	361	6.681
(-) impostos sobre receita operacional			
(-) COFINS	(3.198)	(5.327)	(3.362)
(-) PIS	(865)	(1.390)	(932)
(-) ISS	(799)	(1.354)	(767)
Total	42.714	68.220	42.696

DS
FA

DS
JC

DS
DDSP

13. Custos dos serviços prestados

	01.07.2021 a 31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020
Bandeira	(5.952)	(10.944)	(8.581)
Armazenamento	(4.359)	(8.582)	(1.824)
Pix	(4.569)	(5.313)	-
Emissão de cartões	(1.887)	(4.325)	(4.442)
Processamento	(1.235)	(2.259)	(1.400)
Baas	(2.146)	(2.146)	-
Outros	(422)	(602)	(988)
	<u>(20.570)</u>	<u>(34.171)</u>	<u>(17.235)</u>

14. Despesas administrativas e gerais

	01.07.2021 a 31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal	(5.819)	(10.794)	(9.380)
Amortização/Depreciação	(2.917)	(5.809)	(3.303)
Ocupação	(3.517)	(6.669)	(4.017)
Consultoria	(11.712)	(14.598)	(4.419)
Comissão sobre vendas	(1.469)	(1.914)	(911)
Utilidades e serviços	(470)	(777)	(615)
Outros	(90)	(253)	(854)
	<u>(25.994)</u>	<u>(40.814)</u>	<u>(23.499)</u>

15. Resultado Financeiro

	01.07.2021 a 31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020
	Total	Total	Total
Receitas:			
Variação cambial ativa	4.566	11.528	18.090
Outras	102	106	51
	<u>4.668</u>	<u>11.634</u>	<u>18.141</u>
Despesas:			
Variação cambial passiva	(4.217)	(11.715)	(17.966)
Outras	(578)	(858)	-
	<u>(4.795)</u>	<u>(12.573)</u>	<u>(17.966)</u>
	<u>(127)</u>	<u>(939)</u>	<u>175</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

DS
FA

DS
JCW

DS
DDSP

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(13.773)	(13.773)	(2.197)	(2.197)
Adições temporárias	12.840	12.840	18.440	18.440
Exclusões temporárias	(12.357)	(12.357)	(18.911)	(18.911)
Lucro real tributável	(13.290)	(13.290)	(2.668)	(2.668)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Imposto de renda (15%)	-	-	-	-
Imposto de renda adicional (10%)	-	-	-	-
Contribuição social (9%)	-	-	-	-
Total de despesa com imposto corrente	-	-	-	-
Base de ativo fiscal diferido	-	-	-	-
Ativo de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	56	25

(i) Imposto de renda e contribuição social apurado referente ao resultado do primeiro semestre de 2020.

17. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da BPP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A BPP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida por sua acionista majoritária (Dock Soluções em Meio de Pagamentos).

A BPP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BACEN, entre elas a Circular 3.681 de 2013, a BPP tem o gerenciamento dos riscos:

I - Risco de liquidez – O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Visando o atendimento da Circular 3.681/2013, a Dock implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos.

Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência as políticas e estrutura de limites aprovadas.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de Liquidez podem ser encontradas em: <https://dock.tech/aspectos-regulatorios/>

II – Risco de crédito – Tendo em vista que a BPP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.

III - Risco de mercado – A BPP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e

DS


DS


DS
DDSP

correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco operacional – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da BPP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

18. Eventos Subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

DocuSigned by:



64926444F9C4435...

Paulo Renato Della Volpe
Diretor

DocuSigned by:



79699D74F5874DE...

Jose de Carvalho Junior
Diretor

DocuSigned by:



D9E3D03E33D543E...

Danilo da Silva Primo
Contador CRC 1SP 310899/O-2

* * *